MOVIMENTAÇÃO DE PORTUGUESES NO BRASIL: 1808 A 1842 A BASE LUSA DO ARQUIVO NACIONAL

Ismênia de Lima Martins

O período entre 1808 e 1842 é particularmente significativo para a história brasileira. A transmigração da Família Real e a instalação da Corte no Rio de Janeiro constituem-se no seu marco político inicial, mas outros se destacam como a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido, a reunião das Cortes em Lisboa, a abdicação de D. Pedro e o conturbado período regencial até a maioridade de D. Pedro II.

Foi de fundamental importância a intensa movimentação de portugueses no país naqueles anos, na ocupação das terras, na expansão dos negócios e nos conflitos que cercaram o processo de Independência, onde uma "facção" portuguesa reunia altas patentes militares, burocratas e comerciantes e apresentava-se como antagonista do "partido brasileiro" que também incluía portugueses enraizados na colônia e favoráveis à separação de Portugal. Além dos aspectos propriamente políticos, a imigração portuguesa nesse período exerceu uma forte influência sobre a formação cultural e social brasileira e no que viria ser a identidade forjada pelo Império

A segunda especificidade refere-se ao que Sergio Buarque de Hollanda chamou de "novo descobrimento do Brasil" pois "nunca o nosso país parecera tão atraente aos geógrafos, aos naturalistas, aos economistas, aos simples viajantes, como naqueles anos que imediatamente se seguem à instalação da corte portuguesa no Rio e à abertura dos portos ao comércio internacional".

Não somente os comerciantes, mas, também os cientistas, e viajantes eram estimulados a descobrir ao mundo o país, suas riquezas e potencialidades.

Os representantes das nações estrangeiras, instalaram-se oficialmente no Rio de Janeiro, dando lustre e suntuosidade à antiga capital da colônia.

O inglês John Mawe foi o primeiro de uma série de estrangeiros que integrariam missões sistematicamente organizadas como a austríaca, a bávara, a russa e a francesa. Todos os que se distinguiam por seus conhecimentos úteis em quaisquer das artes liberais e mecânicas, eram recebidos com afabilidade sem preferência de nação ou de religião, concedendo-se liberalmente sesmarias aos que se propunham exercer a lavoura.

O crescimento da população foi considerável no período. No arrolamento populacional mandando realizar em 1799 pelo conde de Resende a população

do Rio de janeiro, restringindo-se às paróquias que compunham a área urbana apresentaria o total de 43. 376 habitantes[1].

Outra iniciativa do gênero ocorreu já no reinado de D. João VI, em 1821.

A pesquisa compreendeu as áreas urbanas e suburbanas ou rurais, elevando-se o número para 112. 695. De qualquer maneira as quatro paróquias computadas em 1799 apresentavam um total de 79. 321 habitantes, ou seja, apresentavam um crescimento em torno de 90%[2].

A administração joanina cuidou de criar os equipamentos políticos e administrativos necessários para o funcionamento do governo e o bem-estar da Corte. Entre os problemas existentes a ordenação do espaço público e o controle da população eram matérias relevantes.

Pelo alvará de 10 de maio de 1808 foi instituído o lugar de Intendente Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil reproduzindo o modelo adotado em Portugal.

O decreto n.º 15, de 22 de junho de 1808, criou os oficiais da polícia, fixando sua competência: divertimentos públicos, mendicidade, concessão de licença para casas de jogos e botequins, mapas de população, iluminação e cuidado das ruas da corte, expediente dos passaportes, legitimação de estrangeiros, registro e expediente da Casa de Correção, dos escravos e calabouço.

A Intendência Geral de Polícia subordinada, inicialmente, ao Ministério e Secretaria do Estado do Brasil, passou em 1821 à Secretaria do Estado dos Negócios da Justiça.

A documentação foi recolhida pela Secretaria de Polícia do Distrito Federal em 1871, 1886, 1926, 1929 e pela Brigada Policial do Distrito Federal em 1912, constituindo-se, atualmente, em importante acervo integrante da documentação textual do Poder Executivo do Arquivo Nacional.

A HISTÓRIA DA BASE LUSO

O acervo, no que se refere aos portugueses, foi objeto de três projetos implementados em ocasiões diferentes pelo Arquivo Nacional. O primeiro data de 1965, ano do quarto centenário do Rio de Janeiro evento que motivou as entidades portuguesas da cidade, na época, ainda capital federal. As Associações luso brasileiras, como eram então conhecidas, patrocinaram uma série de ações e eventos muitos deles contando, inclusive, com o apoio do governo português. Tal foi o caso, por exemplo, da estatua equestre monumental de D. João VI, colocada na Praça XV, iniciativa que deu grande visibilidade ao grupo através da imprensa.

Outro exemplo foi, justamente, o mencionado projeto decorrente de entendimentos entre a Diretoria de Projetos Internacionais da Fundação Calouste Gulbenkian e o Diretor-Geral do Arquivo Nacional, para publicação da relação dos

1 LOBO, 1979: 121,122.
2 ABREU, 2006: 39.

portugueses entrados no Brasil entre 1808 e 1842. Não se dispõe de dados precisos sobre as atividades então realizadas, mas o Diretor-Geral do Arquivo Nacional, em 1970, avaliava que o acordo interinstitucional inicial já interrompido legara um material que carecia de melhor sistematização e revisão minuciosa.

Em 1970, teve lugar o segundo projeto correspondendo a uma retomada do trabalho original, ainda com auxílio da Fundação Calouste Gulbenkian. Tinha por objetivo a indexação de nomes de portugueses entrados no Brasil no período 1808-1842. Conforme observado no relatório do Serviço de Pesquisa Histórica do Arquivo Nacional, referente às atividades institucionais desenvolvidas no exercício de 1971, a partir do momento em que foi verificada a descontinuidade dos registros relativos exclusivamente à entrada dos portugueses, optou-se pela ampliação do levantamento, incluindo-se também os registros referentes à movimentação interna e para o exterior dos mesmos, assumindo o projeto, à época, o "título genérico" de *Portugueses no Brasil*. O citado relatório informa que o universo de trabalho compreendeu 26 códices, equivalente a um total de 96 volumes.

Um novo projeto teve inicio em 1996, quando foi firmado convênio entre o Arquivo Nacional e o Instituto Luso-Brasileiro de História do Liceu Literário Português, o projeto *Movimentação de portugueses no Brasil (1808-1842)*, que consistia basicamente na constituição de base de dados factuais coletados de documentos do fundo Polícia da Corte, custodiado pelo Arquivo Nacional, que tratavam da entrada, saída e movimentação interna de portugueses no Brasil na primeira metade do século XIX.

Até então, as informações levantadas entre as décadas de 1960 e 1970 encontravam-se disponíveis em fichas, compondo quatro fichários distintos, embora sob a mesma temática. O projeto, então implementado, procurou consolidar os dados informatizados, tendo em vista permitir a consulta *on-line* com diferentes recursos de cruzamento de informações, constituindo-se assim num instrumento de referência para estudos no campo da imigração.

A Base *Luso* é integrada por 64.116 registros e sua estrutura foi montada para comportar os dados originalmente extraídos dos documentos, permitindo a recuperação de informações variadas como: idade, estado civil, profissão, acompanhantes, locais de residência e moradia, destinos e características físicas, possibilitando, a partir dos indivíduos registrados, inúmeras pesquisas acadêmicas ou probatórias.

Em 2007, graças ao intercambio de pesquisadores portugueses liderados pelo CEPESE e brasileiros representados pela FAPERJ, conveniaram-se as entidades com o Arquivo Nacional e foram obtidos recursos para a transferência da Base *Luso* do programa MicroIsis, que já se revelava obsoleto para um software eficiente, eliminando o risco de perda total dos dados e possibilitando maior agilidade na recuperação das informações via *web*.

É importante ressaltar que ao longo desse período, de quatro décadas, sempre houve uma iniciativa mobilizadora por parte da comunidade portuguesa local, através de seu movimento associativo, na captação ou na promoção de recursos

necessários ao desenvolvimento dos projetos que resultaram, finalmente, na Base *Luso*. E, para surpresa dos pesquisadores, sua maior motivação não era a pesquisa probatória e sim impedir que aqueles nomes fossem esquecidos, não pudessem ser recuperados, e com eles se perdesse um patrimônio, uma parte de sua historia.

OBSERVAÇÕES INICIAIS SOBRE A BASE LUSO

- É importante observar inicialmente que o mesmo indivíduo pode aparecer em mais de um registro, considerando o número de entradas que praticou assim como deslocamentos internos. O cruzamento destas informações permitirá verificar seu grau de circulação entre Portugal e Brasil e vice-versa assim como no território brasileiro.
- A ficha compreende as seguintes informações: nome e sobrenome, naturalidade, idade, características físicas (estatura, rosto, olhos, nariz, boca, cabelos, sobrancelhas, barba, bigode, compleição, pele e sinais particulares), estado civil ocupação/profissão, moradia (endereço), trabalho (endereço), data de chegada, procedência, tipo de embarcação, nacionalidade da embarcação, nome da embarcação, comandante, razão da vinda, destino, data do registro, observações e notação (códice, volume, folha e número de registro no livro).
- Nem sempre todos os campos acham-se preenchidos. As lacunas devem-se, em alguns poucos casos, a problemas materiais da documentação, mas em sua maioria são devidas a falta da informação no registro efetuado pela Polícia à época.
- Quanto aos aspectos físicos e qualificações a mostra que se segue evidencia a falta de critério dos mesmos e a amplitude e preconceito das definições, quando se pensa, por exemplo, numa estatura ordinária ou numa cor natural!

Estatura	ordinária; pequena; baixa; mediana; alta.
Cor	natural; morena; trigueira; clara; corada; branca.
Rosto	comprido; redondo.
Olhos	pardos; azuis; pequenos; grandes; pretos.
Nariz	pequeno; regular.
Boca	regular; pequena; grandes lábios; fina.
Cabelos	pretos; castanhos; ruivos; escuros; castanhos claros;
Sobrancelhas	delgadas; finas; curadas; castanhas; regulares.
Bigode	buço; bastante.
Barba	bastante; bastante e branca; pouca; ausente; regular
Compleição	grosso de corpo; gordo; cheio de corpo; magro.
Sinais particulares	bexigoso; sem dentes; aleijado de uma perna; cicatriz do lado esquerdo, usa óculos; espinhas no rosto; cego do olho esquerdo.

- No que diz respeito ao estado civil menos de 50% dos registros examinados contemplam essa informação num total de 30 873 conforme o quadro que se segue, destacando-se a identificação de mais de 80% dos declarados como homens solteiros, confirmando-se nesta fonte o que vem sendo demonstrado em estudos anteriores[3].

Quadro n.º 1 – Estados Civis Declarados

	Homens	Mulheres
Solteiros	25264	18
Casados	5053	12
Viúvos	400	126

- A questão da naturalidade, de grande interesse para os estudos sociodemográficos apresenta-se com muita complexidade na fonte devido a problemas de grafia ou imprecisão. Existe na documentação 936 diferentes nomenclaturas para naturalidade e 39 113 declarantes. Também neste caso confirma-se a tendência da historiografia dominante, que atribui ao Norte de Portugal os maiores contingentes de imigrantes, como se evidencia na amostra que se segue.

Quadro n.º 2 – Naturalidade

Locais	Total	Locais	Total	Locais	Total
Ilha do Faial	843	Lisboa	4294	Coimbra	525
Porto	13283	Minho	474	Ilha São Miguel	704
Braga	4520	Viana	1070	Guimarães	1514
Bastos	771	Faial	970	São Miguel	704
Aveiro	530	Gaia	229	Terceira	1216

- As procedências são declaradas em 39 046 registros e os locais nominados referem-se ao exterior ou ao próprio Brasil. Destaca-se a cidade do Porto com mais de 50% dos registros como se evidencia na amostra que se segue. Se relacionarmos o número apontado neste quadro para aquela cidade com o referido no quadro anterior relativo a naturalidade dos imigrantes, veremos que de lá partiam não apenas os seus naturais mas, também, a maioria dos imigrantes de toda a região.

Quadro n.º 3 – Locais de procedência

Locais	Total	Locais	Total	Locais	Total
Angola	511	Ilha de São Miguel	1199	Madeira	221
Porto	20569	Ilha Faial	1343	Viana	645
Lisboa	3686	Campos	1075	Rio Grande	802
Paranaguá	173	Cabo Frio	389	Benguela	160
Ilha de São Miguel	1035	Bahia	243	Montevidéu	628

3 SOUSA; MARTINS, 2007.

- É particularmente instigante a variedade de ocupações relacionadas pelos 33 361 declarantes, atingindo um número de 542 diferentes nomenclaturas.

O exame da listagem produzida por este campo da Base satisfaz a curiosidade pelo esclarecimento de tão elevado número, que não corresponde, na verdade, a ofícios diferenciados e marcados, por exemplo: existe a denominação juiz, mas também, separadamente, as de juiz de direito, juiz de fora, juiz de alfândega, juiz de paz. Os caixeiros apresentam-se em dez categorias e existe uma extensa lista de "ex": ex-feitor, ex-guarda, ex-mascate, ex-padeiro, ex--militar etc. Da mesma forma uma variedade de aprendizes de diversos ofícios.

O detalhamento poderia se atribuir ao zelo do funcionário ou ao desejo do declarante para marcar o seu lugar na hierarquia do ofício ou na sociedade.

Na amostra que se segue os caixeiros são em torno de 40% e somado aos negociantes correspondem a 60% dos declarantes. Por outro lado registram-se apenas 3% de agricultores e lavradores, reafirmando o caráter urbano da imigração portuguesa no Brasil desde esta época. Os ofícios ocupam lugar de destaque que se explica pela evolução urbana do período. As mulheres constituem--se em torno de 1% do número de declarantes e se dedicam aos oficios de costureira e criada.

Quadro n.º 4 – Profissão

Ocupação	Total	Ocupação	Total	Ocupação	Total	Ocupação	Total
Caixeiro	12472	Criado	352	Religioso	203	Cirurgião	103
Capitão	131	Negociante	8659	Feitor	467	Agricultor	13
Costureira	141	Vive de negócios	113	Sapateiro	482	Ferreiro	153
Criada	151	Lavrador	926	Pedreiro	390	Carroceiro	111
Costureiro	1	Carpinteiro	1316	Sem ocupação	314	Volante	406

Pode concluir-se que, os registros da movimentação de portugueses no Brasil produzidos conforme o sistema de controle e registro da Polícia da Corte, iluminam as mais variadas características desse grupo e de cada indivíduo, identificando seus deslocamentos pelo Império e para o exterior. A disponibilização *online* desse instrumento garantirá a recuperação rápida de informações fundamentais para a história da emigração portuguesa para o Brasil e da inclusão social desse imenso contingente de mão-de-obra estrangeira nas primeiras décadas do então recentemente formado Estado Nacional Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Mauricio de A, 2006 – *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, 1978 – *História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC. vol. 1.

MARTINS, Ismênia de Lima; Sousa; Fernando de (org.), 2006 – *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos*. Niterói, Rio de Janeiro: Muiraquitã.

Matos, Maria Izilda; Sousa, Fernando; Hecker, Alexandre (org.), 2008 – *Deslocamentos & Historias: os portugueses*. Bauru, São Paulo: Edusc.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia, 2007 – *A Imigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE, FAPERJ.